

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH			
Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista (CNPJ 23.453.830/0030-04)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O PERÍODO	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em reais)		DE 01 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em reais)	
ATIVO	Notas	2025	Período de 01/04 a 31/12/25
Circulante			Notas
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.225.763	
Contas a receber	5	2.400.000	
Estoques	6	118.171	
Outros créditos		38.278	
Termo de colaboração	3m	14.400.000	
Total do Ativo Circulante		20.182.212	
Não Circulante			
Outros créditos		210.000	
Termo de colaboração	3m	46.800.000	
Imobilizado – Próprio	7a	2.050.647	
Imobiliz. – Termo de colabor.	7b	944.577	
Total do Ativo não Circulante		50.005.224	
Total do Ativo		70.187.436	
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Notas	2025	
Circulante			
Fornecedores	8	267.485	
Obrigações trabalhistas	9	164.760	
Obrigações sociais	10	36.771	
Obrigações fiscais		49.175	
Outras contas a pagar		1	
Partes relacionadas		40.500	
Termo de colaboração	3m	14.400.000	
Total do Passivo Circulante		14.958.692	
Não Circulante			
Receitas diferidas	12	923.796	
Partes relacionadas	11	7.456	
Termo de colaboração	3m	46.800.000	
Total do Passivo não Circulante		47.731.252	
Patrimônio Social			
Patrimônio social		-	
Superavit acumulado		7.497.492	
Total do Patrimônio Social		7.497.492	
Total do Passivo e Patrimônio Social		70.187.436	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA O PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em reais)			
Período de 01/04 a 31/12/25			
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Exercício		7.497.492	
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização		90.373	
Provisões para Contingências		-	
Superávit do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo		7.587.865	
Contas a Receber		(2.400.000)	
Estoques		(118.171)	
Outros Créditos		(248.278)	
Despesas Antecipadas		-	
Aumento / (Redução) do Passivo			
Fornecedores		267.485	
Obrigações Trabalhistas		164.760	
Obrigações Sociais		36.771	
Obrigações Fiscais		49.175	
Outras Contas a Pagar		1	
Receitas Diferidas		923.796	
FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL		6.263.404	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Ativo Imob. e Intang.		(3.086.153)	
Baixa de Ativo Imob. e Intangível		556	
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIV. DE INVESTIMENTO		(3.085.597)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes Relacionadas		47.956	
FLUXO DE CAIXA GERADO/ (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		47.956	
AUMENTO (RED.) LIQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA		3.225.763	
No início do exercício		-	
No fim do exercício		3.225.763	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		3.225.763	
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em reais)			
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (CETEA) tem como objetivo prestar atendimento especializado e multidisciplinar a crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de dois anos de idade, promovendo o desenvolvimento biopsicossocial, a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social dos usuários e de suas famílias. A unidade busca oferecer terapias integradas e acompanhamento contínuo, voltados ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, comportamentais e sociais, bem como fomentar a participação em			
		Receitas Operacionais	
		Serviços prest. pacientes SUS	10.800.000
		Serviços prest. conv. e partic.	-
		(-) Glosas	-
		Receita Líquida	10.800.000
		Custos	
		Serviços de terceiros	(1.873.071)
		Pessoal e encargos	(562.789)
		Materiais e medicamentos	(21.259)
		Superávit Líquido	8.342.881
		Despesas	
		Pessoal e encargos	(140.697)
		Serviços de terceiros	-
		Impostos, taxas e contribuições	(11.160)
		Depreciação/amortização	(90.373)
		Despesas gerais e admin.	(809.951)
		Superávit Antes do Resultado Financeiro	7.290.700
		Financeira Líquidas	
		Despesas financeiras	(7.932)
		Receitas financeiras	93.826
		Superávit antes de Outras Desp. e Recetl	7.376.594
		Outras Despesas e Receitas	
		Doações e subvenções	-
		Outras receitas e despesas	120.898
		Superávit do exercício	7.497.492
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 31 DE DEZ. DE 2025 (Em reais)			
Período de 01/04 a 31/12/25			
		Superávit do Exercício	7.497.492
		Outros resultados abrangentes	-
		Total Resultado Abrangente	7.497.492
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 31 DE DEZ. DE 2025 (Em reais)			
	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 01 de abril de 2025	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-
Superávit do Exercício	7.497.492	7.497.492	7.497.492
Saldos em 31 de dez. de 2025	-	7.497.492	7.497.492
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer. Adicionalmente, o CETEA tem como finalidade contribuir para o fortalecimento da rede pública de saúde, por meio da capacitação de profissionais e disseminação de conhecimentos técnicos relacionados ao atendimento de pessoas com TEA. O CETEA está situado a Quadra ACSU SE 100 AVENIDA TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, Conj 01 Lote 08, Plano Diretor Sul, Palmas/TO. b. Termo de colaboração: O Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (CETEA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 01 de abril de 2025, sendo atualmente por meio de Termo de Colaboração nº N° 29010.000001/2025, vigente até 31/03/2030. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			
Âmbito	Legislação	Publicação	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967	
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 /2021.			
c. Implantação da Unidade Assistencial: Durante o período compreendido entre abril e setembro de 2025, a Entidade encontrava-se em fase de implantação da unidade assistencial, etapa que estava prevista na proposta técnica e indispensável para viabilizar o início da operação e o cumprimento do objeto pactuado. Considerando a inexistência de estrutura prévia, foram realizadas despesas com adequações físicas, benfeitorias e aquisição de equipamentos, necessárias à constituição da capacidade operacional da unidade, todas diretamente vinculadas à execução do objeto da parceria. Os recursos utilizados, no montante de R\$ 2.050.647,			
>>> continua >>>			

>>> continuação >>>

embora originalmente classificados como verba de custeio, foram aplicados em itens essenciais à implantação e operacionalização dos serviços de saúde, complementando os recursos de investimentos necessários à entrega do objeto contratual. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a Administração considerou manter o reconhecimento contábil das receitas oriundas do contrato em rubrica de receita de prestação de serviços, de forma a manter a classificação original das receitas do Termo de Colaboração junto ao Ente Público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: **a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do termo de colaboração e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 29 de Abril de 2026. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMÓ DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado:** **i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %

Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Instalações	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Pedagógicos	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo

afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com termo de colaboração são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Termo de Colaboração:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos termos de colaboração baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do termo de colaboração junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa em espécie	2025
Banco conta movimento	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.225.763
Total	3.225.763

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER: Referem-se aos valores a receber conforme Termo De Colaboração Nº 29010.000001/2025 com a Secretaria de Estado de Saúde - SES/TO, referente serviço de gestão do Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista CETEA conforme apresentado:

Contrato 29010.1/2025 SES/TO	2025
Total	2.400.000
Aging List	2025
A vencer	-
Até 30 dias	1.200.000
De 31 a 60 dias	1.200.000
De 61 a 90 dias	-
De 91 a 180 dias	-
De 181 a 360 dias	-
+ de 360 dias	-
Total	2.400.000
6. ESTOQUES	2025
Drogas e medicamentos	-
Materiais de uso do paciente	1.411
Materiais de manutenção	4.558
Gases medicinais	-
Limpeza e higienização	1.986
Materiais de expediente e impressos	14.149
Peças e acessórios de reposição	-
Dietas enterais e parenterais	-
Gêneros alimentícios	-
Equipamento de proteção individual	118
Demais materiais	95.949
Total	118.171

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

7. IMOBILIZADO: a. Imobilizado – Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfei- torias	Eq. Infor- mática	Insta- lações	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utens. Hosp.	Total
Em 31/12/2025								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	2.395	485.992	1.040	17.443	250	107.437	1.080	615.637
Transferências	-	1.484.849	-	-	-	-	-	1.484.849
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(33)	(47.413)	(31)	(291)	(1)	(2.057)	(13)	(49.839)
Saldo contábil líquido	2.362	1.923.428	1.009	17.152	249	105.380	1.067	2.050.647

b. Imobilizado – Termo de Colaboração

	Benfeitorias	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Eq. Pedagógicos	Total
Em 31/12/2025						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aquisições	1.498.964	52.212	458.582	343.454	117.304	2.470.516
Transferências	(1.484.849)	-	-	-	-	(1.484.849)
Baixas	-	-	-	(556)	-	(556)
Depreciação	(14.115)	(2.610)	(11.454)	(8.700)	(3.655)	(40.534)
Saldo contábil líquido	-	49.602	447.128	334.198	113.649	944.577

8. FORNECEDORES

2025	
Materiais e medicamentos	3.684
Serviços	244.664
Serviços médicos	-
Diversos	19.137
Total	267.485

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

2025	
Ordenados e salários a pagar	60.405
Provisão férias	96.625
Provisões FGTS s/férias	7.730
Outras provisões	-
Total	164.760

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

2025	
INSS a recolher	5.527
FGTS a recolher	6.523
Empréstimos FGTS	-
IRRF s/ folha a recolher	24.721
Contr. sindical	-
Total	36.771

11. PARTES RELACIONADAS

2025	
Passivo	
SEDE ADMINISTRATIVA	40.316
HOSPITAL E MATERNIDADE DR	-
EUGENIO GOMES DE CARVALHO	184
Total Circulante	40.500
SEDE ADMINISTRATIVA	7.456
Total Não Circulante	7.456

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 40.316, corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

12. RECEITAS DIFERIDAS: O montante demonstrado no grupo de obrigações para investimento, em 31/12/2025, refere-se à entrada do recurso a ser utilizado para obra de ampliação e reforma da fachada pelo contrato de colaboração.

2025	
Imobilizado – contrato de colaboração	970.996
Intangível – colaboração	-
Total investido em ativo	970.996
Depreciação/amortização acumulada	(26.419)
Total imobilizado/intangível líquido	944.577
Saldo para investimento	-
Recursos a receber de investimentos	(20.781)
Total	923.796

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

2025	
Serviços de gestão	(246.947)
Energia elétrica	(20.148)
Aluguel de máquinas	(33.784)
Manutenção e conservação	(7.617)
Viagens e hospedagem	(1.919)
Fretes e carretos	(400)
Outros	(499.136)
Total	(809.951)

14. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

2025	
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	109.217
INSS	109.217
COFINS	324.000
COFINS	324.000
Total	433.217

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

2025	
Aplicação financeira de liquidez imediata	3.225.763
Contas a receber	2.400.000
Total ativos financeiros	5.625.763
Fornecedores	267.485
Total passivos financeiros	267.485

16. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do termo de colaboração. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Palmas – TO, 29 de Abril de 2026.

Leisson Domingues Pinheiro - Diretor Executivo

- CPF: xxx.255.256-xx

Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC- SP-324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH. Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista – CETEA. Palmas - TO

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista – CETEA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o período de 01 de abril a 31 de dezembro de 2025, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista – CETEA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 01 de abril a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas: Ausência de sistema de controle de uso/consumo e custeio:** A Unidade esteve em processo de implantação de um sistema para controle e utilização dos estoques. Entretanto, até o término de nossos exames, não havia concluído a parametrização e início do uso e consumo de estoques de materiais e medicamentos por meio sistêmico. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre: a. adequação dos controles internos e acuracidade da movimentação e reconhecimento dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do exercício no montante de R\$ 21.259, na rubrica de custos com mate-

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

riais e medicamentos; e b. adequação dos controles internos e aderência das planilhas de controle utilizadas pela Administração, em relação às quantidades e valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 118.171 em 31 de dezembro de 2025. **Recursos utilizados para investimento:** Conforme nota explicativa 1c – Implantação da Unidade Assistencial, durante o período de reforma e benfeitorias para colocação da unidade em operação, que compreendeu de abril a setembro de 2025, a Administração utilizou R\$ 2.050.647 dos recursos originalmente recebidos de acordo com o Termo de Colaboração, para aquisição de maquinário e realização de benfeitorias nas áreas de atendimento da unidade. Desta forma, em essência, a receita operacional reconhecida no período, que correspondente ao valor investido, encontra-se apresentada incorretamente como receitas de serviços prestados, quando deveria ser registrada em receitas diferidas de investimentos realizados, considerando sua amortização pelo prazo de utilização do bem no contexto do contrato em vigor. Assim, em 31 de dezembro de 2025, o resultado do exercício está apresentado a maior em R\$ 2.050.647 e o passivo de longo prazo está apresentado a menor neste montante. **Receitas com verba de custeio não utilizada:** Durante o período de reforma e benfeitorias para colocação da unidade em operação, que compreendeu de abril a setembro de 2025, a Administração recebeu as parcelas correspondentes as mensalidades do Termo de Colaboração e reconheceu como receitas de prestação de serviço na demonstração do resultado. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, o resultado do exercício encontra-se a maior em R\$ 7.200.000 e passivo circulante a menor no mesmo montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Secretaria do Estado de Saúde – SES/TO), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela su-

pervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6